



Eixo: Classes sociais, geração e Serviço Social

Sub-eixo: Envelhecimento

ENVELHE'SER: UMA FORMA DIGNA E DE DIREITO DO PROCESSO DE ENVELHECIMENTO

JOEL DOS SANTOS LIMA¹

Resumo: O presente artigo tratará sobre o envelhecimento e crescimento da população idosa no Brasil, seus desafios e conquistas nesse processo. Sua construção social, político, econômico e cultural da pessoa idosa e a análise crítica da conjuntura dessa população no cotidiano brasileiro, sob uma análise da intervenção em redes do Serviço Social português, a nova geração das políticas sociais. E a análise crítica sobre o processo de envelhecimento em contextos de políticas neoliberais e a compreensão do processo heterogêneo do modo de envelhecer.

Palavras-chave: Envelhecimento; Serviço Social; Intervenção em Rede; Rede Social e Pessoal.

Abstract: This article will deal with the aging and growth of the elderly population in Brazil, its challenges and achievements in this process. Its social, political, economic and cultural construction of the elderly and the critical analysis of the conjuncture of this population in the Brazilian daily, under an analysis of the intervention in networks of the Portuguese Social Service, the new generation of social policies. And the critical analysis of aging in neoliberal policy contexts, and the understanding of the heterogeneous process of aging.

Keywords: Aging; Social Work; Network Intervention; Social and Personal Networking

1 INTRODUÇÃO

O objeto do estudo² em questão é o processo de envelhecimento e crescimento da população idosa no Brasil, desafios e conquistas. A intervenção em rede, Serviço Social e a intervenção em rede sistêmica a nova geração das políticas sociais em Portugal e a análise crítica da conjuntura dessa população no cotidiano brasileiro. O estudo realizado se desenvolve na perspectiva de conhecimento e produção de conhecimento, como fonte de pesquisa do processo de envelhecimento no Brasil, a construção social, político, econômico

¹ Estudante de Graduação. Universidade Federal de Goiás. E-mail: < santosjo1986@gmail.com >

² A presente pesquisa insere-se no âmbito da unidade curricular de Intervenção com População Sênior, realizada durante o programa de Mobilidade Acadêmica Internacional na Escola Superior de Educação de Bragança do Instituto Politécnico de Bragança/Portugal, no ano letivo 2017-2018. Este trabalho tem como objetivo compreender o conceito de rede pessoal e social da pessoa idosa, de tal, modo refletir sobre a avaliação no contexto da intervenção.

e cultural da pessoa idosa. E a análise crítica em torno do envelhecimento, seus paradigmas em contextos de políticas neoliberais, e a compreensão do processo heterogêneo do modo de envelhecer.

O estudo foi realizado por meio de pesquisas desenvolvidas no processo de mobilidade internacional em Portugal, sob uma análise da intervenção em redes do Serviço Social português. Para além da análise do contexto histórico, social e cultural do envelhecimento populacional brasileiro. Partindo dessas experiências acadêmicas e do estágio voluntário desenvolvido em uma associação sócio-cultural de deficientes, parte significativa dos serviços prestados se destinam à pessoas idosas.

Deste modo, com o interesse e a proximidade do pesquisador com a temática, faz-se relevante a continuidade de tais estudos em seu retorno à graduação, e em seu processo de desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), bacharelado em Serviço Social. Esse estudo foi construído em pesquisas bibliográficas que permitiu o conhecimento do processo de envelhecimento no Brasil, seus enfrentamentos e questões, e dos problemas sociais enfrentados na velhice. Em primeiro momento uma discussão sobre o envelhecimento brasileiro, conquistas legais e enfrentamentos da população idosa, em segundo momento o estudo sobre rede social e pessoal da pessoa idosa, no contexto da população e intervenção do Serviço Social português.

Em um terceiro momento os contributos das relações sociais na velhice, sua importância nesses espaços de sociabilidade e visibilidade, para além da avaliação das redes sociais da pessoa idosa, quais as suas subjetividades, particularidades e pluralidades desenvolvido no quarto momento dessa pesquisa, seguindo das considerações finais com síntese das análises, estudos e conhecimentos sobre referente pesquisa desenvolvida, por último as referências bibliográficas, suporte teórico para o estudo dessa pesquisa.

2 ENVELHECIMENTO, CONCEITOS E DIREITOS

O envelhecimento populacional é um fenômeno global, que abrange as diversas realidades sociais. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), “a expectativa de vida no Brasil vem crescendo e, em algumas décadas, as pessoas idosas, que hoje ultrapassa a

marca dos 27 milhões (PNAD³ 2014/2015) constituíram a maior população brasileira.”

De fato, o Brasil enfrenta com o intenso envelhecimento da população um dos amplos desafios, na qual não encontra preparado para essa transformação. Em 2050 estima-se um aumento significativo da população com mais de 60 anos, que chegará os 66 milhões de indivíduos. Este aumento exponencial merece especial reflexão, visando a busca de formulação de política social voltada para a pessoa idosa, e ainda, um planejamento para atender o impacto político, econômico e social de uma sociedade que cada dia mais envelhece.

Importa ainda referir que, durante o Seculo XXI, no Brasil, a pessoa idosa alçou conquistas como o 1º de Outubro, dia no qual é comemorado o dia de lutas da pessoa idosa, realçando-a como sujeito detentor de direito, em contraste com a condição de invisibilidade histórica de uma sociedade capitalista que visa os padrões socioeconômicos e sociais, onde a produtividade e o lucro é fator determinante de participação social e acesso aos direitos humanos. Destaca-se ainda outras conquistas legais, nomeadamente:

a) Estatuto do Idoso, Lei 10.741 de 01/10/2003.

b) A Lei 11.433 de 28/12/2006, que instituiu o Dia Nacional do Idoso celebrado todos os anos no dia 1º de outubro.

c) Política Nacional do Idoso – Lei nº 8.842 de 04 de janeiro de 1994, que reafirma diretrizes previstas na Constituição Federal e cria o Conselho Nacional do Idoso.

d) Atualização da Política Nacional de Saúde da Pessoa idosa, Portaria nº 2.528 de 19 de outubro de 2006. “Tem como finalidade recuperar, manter e promover a autonomia e a independência dos indivíduos idosos, direcionando medidas coletivas e individuais de saúde para esse fim”.

³ *Pesquisa Nacional por Amostras e Domicílio. “Obtém informações anuais sobre características demográficas e socioeconômicas da população, como sexo, idade, educação, trabalho e rendimento, e características dos domicílios, e, com periodicidade variável, informações sobre migração, fecundidade, nupcialidade, entre outras, tendo como unidade de coleta de domicílios. Temáticas específicas abrangendo aspectos demográficos, sociais e econômicos também são investigados” (IBGE)*

e) Comissão Intersetorial de Saúde do Idoso do Conselho Nacional de Saúde (CISID/CNS) acompanha a implementação da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa e do Estatuto do Idoso.

f) Decreto Presidencial nº 8.114/2013 – Compromisso Nacional para Envelhecimento Ativo – Parcela entre as políticas públicas para monitorar ações de promoção do envelhecimento ativo e garantir a articulação entre órgãos e entidades públicas.

A garantia de direitos por meio da efetivação desses mecanismos legislativos, proporciona à pessoa idosa a construção de ideias, planos e projetos futuros, valendo-se dessas oportunidades uma ampla interação e o estabelecimento de ligações com os outros indivíduos, potenciando a sua qualidade de vida, saúde e bem estar, deixando para trás os estereótipos impostos de que a pessoa idosa seja representada pela doença, pelo sedentarismo, pela inatividade e pela depressão (LOSADA-BALTAR, 2004).

Desmitificar a figura do idoso a determinados estereótipos é um processo que o Estado, sociedade e indivíduo, têm que trabalhar no cotidiano, pois implicam na vida da pessoa idosa e podem, inclusive, comprometer o seu estado de saúde e afetar a sua esperança média de existência.

Tal como nos refere Nunes (2012) são inúmeros os estereótipos em torno da velhice que a entendem como “algo degenerativo e incapacitante”. Os estereótipos mais comuns entendem os idosos como seres

não são sociáveis e [que] não gostam de se reunir, [que] temem o futuro (...) [que] fazem raciocínios senis, [que] não se preocupam com a sua aparência e descuidam de sua higiene pessoal, [que] são muito religiosos e praticantes, [que] são muito sensíveis e inseguros, [que] não se interessam pela sexualidade, [que] são frágeis para fazer exercícios físicos, [que] e na grande maioria, são pobres (p. 14).

Envelhecer é cada vez mais uma realidade e esse processo deve ser realizado de forma ativa (RIBEIRO & PAÚL, 2011). Para a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2002) o envelhecimento ativo vai além da saúde, abrange os aspectos socioeconômicos, psicológicos e ambientais. Dessa maneira, a pessoa idosa deve participar de uma sociedade que proporcione segurança e cidadania plena, reconhecendo sua relevância de acordo com os direitos humanos garantidos que evidenciam no exercício da autonomia, da

liberdade, da participação, da emancipação, do acesso ao atendimento das necessidades humanas.

O Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento (2003) postula que

Uma sociedade para todas as idades inclui o objetivo de que os idosos tenham a oportunidade de continuar contribuindo para a sociedade. Para trabalhar para a consecução desse objetivo, é necessário eliminar todos os fatores que excluem ou discriminam essas pessoas. (p.34)

Desse modo, destaca-se a necessidade de fomentar oportunidades à pessoa idosa, de forma a estimular as suas capacidades e combater os estereótipos, junto as famílias, aos profissionais e comunidade (RIBEIRO & PAÚL, 2011).

O novo conceito proposto pela OMS (2002) reflete a o papel proativo da pessoa idosa, bem como a capacidade de expressar as potencialidades dos sujeitos diante das limitações impostas pelos mitos e estereótipos sobre a velhice. Não se denota, portanto, somente uma mudança terminológica, mas o delinear de um novo potencial no trabalho com a pessoa idosa, que valorize o trabalho com a mesma, em detrimento de uma postura passiva assente no paradigma tradicional que conceptualiza o idoso como um mero receptor de cuidados. Essa perspectiva realça as virtudes, as habilidades, a capacidade de superação e de aprendizagem das pessoas idosas. Esta mudança proporcionará à geração vindoura a capacidade de uma nova forma de Envelhecer e Ser, com dignidade e respeito, respaldado perante leis e políticas públicas que viabilizem o envelhecimento de forma participativa e ativa na sociedade.

3 REDE SOCIAL E PESSOAL DA PESSOA IDOSA

Entende-se por rede o sistema de relações que interligam os sujeitos sociais, no processo sócio-histórico de cada indivíduo, baseado nas relações familiares, sociais, profissionais, comunitárias, culturais, dentre outras. A construção dessa rede se sustenta nas relações construídas no processo vital do ser humano, que se solidifica na experiência construída no seu processo

identitário, essas relações extrapolam o convencional e alçam novos significados e relevância afetiva e sócio-cultural para o idoso.

Essa rede social imprime sentido e significado nas relações do cotidiano da pessoa idosa, proporciona um contributo de apoio mediante as necessidades requisitadas pelo desgaste físico, social e político no processo de envelhecimento. A família constitui a porcentagem de integrantes na rede social e pessoal do idoso, em casos que as demais áreas da vida social do idoso contará contributo nas suas relações sociais.

Existem diversas definições de Rede Social. Uma das mais relevantes é a de Sluzki (1996 *apud* Guadalupe, 2016) que define a rede social pessoal como:

O conjunto de seres com quem interactuamos de maneira regular, com quem conversamos, com quem intercambiamos sinais que nos corporizam, que nos fazem reais, é a soma de todas as relações que um indivíduo percebe como significativas ou define como diferenciadas da massa anônima da sociedade, é o que corresponde ao nicho interpessoal do indivíduo, em outras palavras, a rede social pessoal é constituída por todos os actores sociais com quem o indivíduo estabelece uma relação interactuante dentro do seu universo relacional (p. 51).

Nesse sentido, a rede social é entendida como o nicho pessoal da pessoa idosa. Existem outras definições das redes sociais, cuja tônica, assenta na diferenciação entre redes de apoio formais e informais. De acordo com Guadalupe (2016, p. 54): “Os conceitos de rede primária e secundária assentam basicamente no tipo de vínculos relacionais existentes entre os membros da rede social, embora muitos outros aspectos os distingam.”

Assim sendo, as redes primárias comportam as relações que contêm afinidades pessoais, que envolvem afetividades, para a pessoa idosa, as relações culturais da sociedade. Esta rede não se pauta por formalidades, contudo se direciona para os aspectos sócio-emocionais, detendo, portanto, “características de ampla estabilidade temporal e permanência” (GUADALUPE, 2016, p. 55). Desse modo (ALVARENGA et al, 2011, p. 2604) acrescentam que “o sistema informal ou rede de suporte social compreende as redes de relacionamentos entre membros da família, amigos, relações de trabalho, de inserção comunitária e de práticas sociais”. Por sua vez, as redes secundárias são compostas pelas relações de carácter organizacional e institucional. Neste

sentido, os membros dessa rede estabelecem relações em um contexto formal e com objetivos funcionais. De acordo com Guadalupe (2016), “este tipo de rede social tem como objetivo primordial, proporcionar respostas às exigências de natureza funcional, fornecendo serviços e recursos.”

De acordo com a Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), a Política Nacional do Idoso de 1994 e o Estatuto do Idoso de 2003, representam o suporte aos idosos considerado responsabilidade da família, do Estado e da sociedade⁴ (CEDES⁵, 2017). No que concerne aos sistemas de suporte informal importa analisar o papel exercido pela família. De fato, a família é integrante da rede social relevante para a pessoa idosa. Nela se constitui a relação domiciliar que serve de subsídio para necessidade de conhecer o processo social pelo qual as novas estruturas familiares dos idosos demandam e fornecem sistemas de apoio formal e informal (ALVARENGA et al., 2011).

3.2 Contributos das relações sociais na velhice

As relações sociais possuem um papel essencial para manter e promover a saúde física, psicológica, mental e espiritual dos idosos. Na literatura são consensuais as implicações significativas associados com os diferentes suportes sociais proporcionados pela família e para a família, visando à necessidade do apoio ao cuidador formal e informal, na manutenção da qualidade de vida dos mesmos; idoso, família, profissional e sociedade (ALVARENGA et al., 2011).

A promoção das redes sociais permite à pessoa idosa ampliar a participação nos âmbitos sociais, religiosos, políticos, econômicos e culturais. Tal como refere Figueiredo (2016, p. 4):

⁴ Na Constituição Federal, Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão; Política Nacional do Idoso, Art. 3º A família, a sociedade e o estado têm o dever de assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida; Estatuto do idoso, Art. 3º É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

⁵ Centro de Estudos e Debates Estratégicos. Câmara dos Deputados

a participação social vem acrescentar o número de indivíduos nas redes, assim como uma melhoria na satisfação e qualidade de vida, bem como diminuição do isolamento da população envelhecida. A participação é importante para quem tem dificuldades na vida (Takahash et. al 2015). Leon, Glass & Berkman (2003) dizem-nos que um estilo de vida ativa está altamente associado com melhor saúde e uma maior esperança média de vida. Em consonância foram feitos alguns estudos em que a participação social está associada com a diminuição do risco da mortalidade e do risco de demência.

O envelhecimento deve ser encarado como um processo e a velhice como vital da família, que pode ser acrescida de bem-estar, prazer e qualidade de vida. Para que isso aconteça o idoso seja inserido em um ambiente social que o proporcione satisfação, para que o mesmo tenha um envelhecimento saudável e ativo. O envelhecimento consubstanciado nos estudos bibliográficos apreende-se como direito à pessoa idosa o atendimento de suas necessidades básicas – alimentação, arte, cultura, lazer, esporte, transporte, saúde, habitação, dentre outros. E ainda, a garantia da autonomia e liberdade nas tomadas de decisão e do controle de sua vida.

4 AVALIAÇÃO DAS REDES SOCIAIS

A pessoa idosa no decorrer da sua vida, mantém contatos afetivos com diversos indivíduos, estejam elas inseridas no meio familiar e na sociedade em geral. E na velhice essas relações são mais sólidas e reduzidas, devido ao fato de serem construídas e desfeitas ao longo da existência humana, e na velhice são fundamentais para que o idoso possa contar de forma afetiva e efetiva

As redes sociais, conforme citado por Guadalupe (2016) define as relações sociais em quatro dimensões: relações familiares, de amizade, comunitárias e com os profissionais da área social ou da saúde. Estes por sua vez se subdividem em três modalidades de relações, em ampla, razoável e reduzido contato. Alvarenga et al (2011) salientam que “os relacionamentos significativos são dispostos nos círculos para simbolizar os diversos graus de proximidade de relacionamento”

Para além dos aspetos já contemplados por Sluzki (1997), Gudalupe (2016), na avaliação das redes sociais das pessoas idosas considera que é essencial analisar os aspetos estruturais e funcionais. No que concerne aos aspetos estruturais registra-se a amplitude, de pessoas que compõem a rede.

Assim, alguns questionamentos sobre a pessoa idosa “quem são as pessoas com que se relacionam, que são significativas e que o(a) apoiam?”. Por sua vez a avaliação da dispersão geográfica permite uma análise da acessibilidade dos membros da rede.

Neste sentido questiona-se à pessoa idosa qual a distância, em metros ou quilómetros, entre a sua área de residência habitual e a pessoa que considera significativa. Pode ainda optar-se por questões fechadas e questionar a pessoa idosa se reside na mesma habitação, no mesmo bairro, na mesma terra, até 50 km ou a mais de 50 km. Este indicador deve ser analisado com cautela já que hoje em dia as pessoas idosas têm à sua disposição novas tecnologias que podem reduzir esta distância geográfica.

Assim, de forma complementar a entrevista da pessoa idosa pode questionar-se a mesma sobre as formas habituais de contato com as pessoas significativas (carta, telemóvel, telefone, dentre outros). Relativamente à frequência de contatos pode significar a existência de relações intensas ainda que, hoje em dia, em pleno século XXI, o contato não dependa somente da proximidade física, já que a introdução de tecnologias de comunicação reduzem distâncias.

Uma análise funcional da rede social da pessoa idosa deve reconhecer que os membros da rede cumprem, individual ou conjuntamente, diversas funções. Neste sentido, considera-se como função da rede a forma de intercâmbio interpessoal dominante entre os seus membros (GUADALUPE, 2016). Ressalte-se que existem diversas funções que as redes sociais pessoais primárias podem assumir, nomeadamente, o apoio instrumental e emocional; o apoio instrumental (ou material) e o apoio informativo (GUADALUPE, 2016).

Destarte, Sluzki (1997) e Guadalupe (2016) declaram que o apoio social é caracterizado geralmente por interações que comportam atitudes interativas e um clima de compreensão, respeito, simpatia, empatia, estímulo e apoio. Essas relações de proximidade, transmitem à pessoa idosa carinho e sentimento de segurança (GUADALUPE, 2016) Sluzki (1997), assinala que “a relação de partilha que se associa ao apoio emocional pode expressar-se igualmente que designa por companhia social. Esta função configura “a

realização de atividades conjuntas ou simplesmente o estar juntos”, podendo pautar-se somente pela coexistência lado a lado.”

A rede pessoal do idoso pode ainda cumprir a função de suporte tangível (material ou instrumental). Nesta faixa etária é comum o apoio na realização de tarefas domésticas, na preparação das refeições, entre outras formas de apoio. O suporte tangível remete para um conjunto de ações ou materiais que, quando proporcionados por outrem, no sentido de facilitar a realização das tarefas do cotidiano aliviando o indivíduo. Essa rede pode ainda exercer uma função informativa ou de aconselhamento (GUADALUPE, 2016)

Ressalte-se ainda que, na literatura consultada, sobretudo no Brasil há alusão ao recurso ao Mapa Mínimo das Relações do Idoso (MMRI), inspirado no modelo de Sluzki (1997). De acordo com o MMRI na análise da rede pessoal da pessoa idosa considera-se as quatro dimensões e os três elementos anteriormente mencionados. De acordo com o MMRI ocorre um círculo interno de relações próximas, cujos contatos se efetivam pelo menos uma vez por semana; um intermediário de relações pessoais com encontros que acontecem pelo menos uma vez por mês; um círculo externo de conhecimento e contato ocasionais, no mínimo uma vez por ano.

O MMRI é composto pelo número de pessoas significantes para o idoso, e sua proximidade afetiva, por meio deste fluxo é possível entender a dimensão da rede social e o suporte social que a pessoa idosa recebe de seus cuidadores formais e informais. Outro procedimento de análise social, realizado por meio de pesquisas de campo, com caráter profissional, pode ainda ser identificado o perfil da rede social de apoio de idosos assistidos por determinada área social ou de saúde e deste modo delinear as formas mais adequadas de intervenção.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As famílias têm sido reconhecidas pelos serviços sociais como responsáveis pelo papel de provedoras de cuidado informal, constituindo um membro relevante na rede social e pessoal da pessoa idosa. No entanto, é necessário avaliar a forma como este cuidado é prestado e os recursos

disponíveis que contribuem para a prática de cuidado integral promotor de um envelhecimento ativo. Há que se destacar que somente a família não consegue responder a diversas necessidades sociais das pessoas idosas.

A população cada vez mais envelhecida, em esfera global e na realidade brasileira, é essencial avançar além do mero assistencialismo. Destaca-se a relevância da formação de profissionais para qualificar o desenvolvimento do trabalho no atendimento da pessoa idosa, reconhecendo-a como sujeito interventivo na realidade social, e cuja participação importa fomentar. Também é essencial que as políticas públicas reconheçam a pessoa idosa enquanto cidadão de direitos.

A pessoa idosa enquanto sujeito de direitos, ainda sofre com a invisibilidade social que esconde a violência, o descaso, o abandono, o preconceito geracional e a negação de suas necessidades e do seu espaço. Deste modo, o profissional da área social tem ainda um longo caminho a percorrer. Na atual realidade brasileira, os profissionais trabalham nos diversos espaços sócio-ocupacionais junto com a população idosa, diante das demandas apresentadas por este segmento e que requerem um conjunto de ações que desenvolvem a partir do reconhecimento dessas pessoas na perspectiva da totalidade (CFESS, 2017).

No contexto da intervenção social, tal como refere Guadalupe (2016) é fundamental que os profissionais “saibam aprofundar, concretizar e conceptualizar adequadamente esse diagnóstico” para potenciar uma qualidade no trabalho e intervenção profissional. Considera-se relevante um questionamento ou posicionamento de Guadalupe (2016) sobre a intervenção dos profissionais da área social no contexto das redes sociais. Esta autora ressalta que “a rede social primária e secundária é equacionada como fonte de suporte social⁶. Mas é fundamental que se entenda que a existência de uma rede social não significa que exista efetivamente suporte social.” De fato, de acordo com Guadalupe (2016, p. 57) “a existência de uma rede social não é sinônimo da existência efetiva de apoio.”

⁶ Suporte Social “pode ser definido em termos da existência ou quantidade de relações sociais em geral ou em particular referir-se às relações conjugais, de amizade ou organizacionais. Por vezes, o Suporte Social é também definido e medido em termos das estruturas das relações sociais do indivíduo. Contudo, o Suporte Social é, na maioria das situações definidos em termos do conteúdo funcional das relações, abrangendo o grau de envolvimento afetivo-emocional ou instrumental a ajuda ou a informação” (ORNELAS, 1994, p.334)

Diante dessa realidade o profissional, comprometido com os direitos da pessoa idosa empreende ações de maneira a reafirmar o acesso aos diversos direitos sociais para que a pessoa idosa usufrua de um envelhecimento digno e ativo, sem desamparar dos seus direitos legais, bem como o exercício da liberdade, da autonomia e qualidade de vida. Em relação a essa afirmativa, o Conselho Federal de Serviço Social (2017) enfatiza que:

em relação à pessoa idosa, não há dúvidas de que o reconhecimento legal da pessoa idosa enquanto sujeito de direitos, com a Constituição Federal de 1988 e posterior edição da Política Nacional do Idoso (Lei nº 8.842/1994) e Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003), foi resultado da mobilização destes sujeitos e um passo importante na luta por direitos que perpassam diversas políticas públicas, como saúde, educação, lazer, habitação, alimentação e cultura.

Entender o processo de envelhecimento populacional brasileiro, é compreender que esse processo acontece de forma heterogênea mediante as questões das diversidades e desigualdades no envelhecimento.

De acordo, Alvarenga et al (2011, p. 2609) questiona

que os profissionais da área social e da saúde, especialmente os que atuam na atenção básica do idoso, necessitam de instrumentalização sistematizada para direcionar seu olhar para além dos indivíduos, buscando compreender a funcionalidade familiar como componente essencial do planejamento assistencial para o alcance do sucesso de envelhecimento digno e ativo.

Ademais reconhece-se a relevância da rede social da pessoa idosa para um envelhecimento ativo. É, portanto, essencial proporcionar um suporte adequado e necessário na dimensão da vida social. Essa intervenção também deve envolver a família, que diversas vezes também necessita de suporte para encarar o envelhecimento coletivamente.

Em crítica, Castro (2017, p. 174) argumenta,

no tocante a saúde do idoso, a família é vislumbrada como principal responsável pelo cuidado a essas pessoas, em um panorama complexo, delineado por um quadro de limitações crônicas que exigem atenção especializada. Na contracorrente dessa situação, os serviços de saúde não disponibilizam modelos assistenciais compatíveis com as múltiplas e peculiares demandas dos idosos, os profissionais de saúde não dispõem de conhecimentos necessários para atender essa clientela, não veem a família como foco e cuidado, e os idosos, desprovidos de autonomia, não encontram espaços para uma atuação participativa na formulação das políticas públicas a eles destinadas, recebendo pacotes prontos, via execução de ações

pontuais que não colidem com a construção de uma velhice sob a lente da cidadania, de fato saudável e ativa.

O processo de envelhecimento comporta uma série de desafios para quem envelhece, para o familiar e para os profissionais que desenvolvem trabalho nessa área, cuja sociedade sustenta-se na relação tecnológica, industrializada e das relações digitais.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, M. R. M. et al. Rede de suporte social do idoso atendido por equipes de Saúde da Família. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 5, p.2603-2611, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v16n5/a30v16n5.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2017.

BALTAR, Andres Losada (2004). Edadismo: consecuencias de los estereotipos, del prejuicio y la discriminación en la atención a las personas mayores. Algunas pautas para la intervención. Madrid, Portal Mayores, Informes Portal Mayores, nº 14. Disponível em: <http://www.imsersomayores.csic.es/documentos/documentos/losada-edadismo-01.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2017.

BRASIL. [Estatuto do idoso (2003)]. Estatuto do idoso [recurso eletrônico]: Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do idoso), e legislação correlata. – 5. ed. Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017. (Série Legislação, 226).

BRASIL. Supremo Tribunal Federal, Constituição da República Federativa do Brasil. Atualizada até a E.C. nº. 96/2017. Disponível em <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>. Acesso em 28 de Novembro de 2017.

BRASIL. **Política Nacional do Idoso**. Lei nº 8.842 de 04 de Janeiro de 1994. Brasília: Casa Civil. Disponível em [:https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8842.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8842.htm). Acesso em: 28 nov. 2017.

CASTRO, Susane de Fátima Ferreira. Políticas Públicas de Atenção à Saúde do Idoso: Garantias Legais x Realidade Efetiva. In: TEIXEIRA, Solange Maria (Organizadora) **Envelhecimento na Sociabilidade do Capital**. Coleção Serviço Social e Envelhecimento 1ª ed. São Paulo: Papel Social, 2017

CEDES. Brasil 2050 - Desafios de uma nação que envelhece. 2017. Disponível em: http://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/31619/desafios_envelhec_e_conle.pdf?sequence=1. Acesso em: 23 dez. 2017.

CERRATO, Ignacio Montorio; BALTAR, Andres Losada. **Una visión psicosocial de la dependencia**. Desafiando la perspectiva tradicional. Madrid, Portal Mayores, Informes Mayores, 2004. Disponível em:

www.imsersosmayores.csic.es/documentos/documentos/montorio-vision-01.pdf. Acesso em: 03 dez. 2017

CFESS. **Manifesta Edição Especial:** pelos direitos da pessoa idosa e da pessoa com deficiência. 2017. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/2017-CfessManifesta-Especial-PessoaldosaPessoacomDeficiencia.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2017.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Envelhecimento no Brasil do Século XXI:** transições e desafios. 2014. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/7952/5738>. Acesso em: 26 jun. 2018

GUADALUPE, Sònia. **Intervenção em Rede:** Serviço Social, Sistêmica e Redes de Suporte Social. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amstras e Domicílio. 2015.** Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94935.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2018.

IESS. **Envelhecimento Populacional e os desafios para o sistema de saúde brasileiro.** 2013. Disponível em: https://www.ibedess.org.br/imagens/biblioteca/939_envelhecimentopop2013.pdf. Acesso em: 23 nov. 2017.

MORÉ, Carmem Leontina Ojeda Ocampo; CREPALDI, Maria Aparecida. **O mapa de rede social significativa como instrumento e investgação no contexto da pesquisa qualitativa.** 2012. Disponível em: <http://www.revistanps.com.br/index.php/nps/article/viewFile/265/257>. Acesso em: 02 jun. 2018.

NUNES, Meire. Desafios e perspectivas na velhice: a interpretação da Terceira Idade. **Nova Perspectiva Sistêmica**, Rio de Janeiro, n. 43, p. 84-98, ago. 2012. Disponível em: <http://www.portaldoenvelhecimento.com/revista-nova/index.php/revistaportal/article/viewFile/254/254>. Acesso em: 14 de nov. 2017.

OMS. **Envejecimiento activo:** um marco político. 2002. Disponível em: <http://envejecimiento.csic.es/documentos/documentos/oms-envejecimiento-01.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2018

ONU. **Plano de ação internacional para o envelhecimento.** Brasília : Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003. (Série Institucional em Direitos Humanos, 1). Disponível em: http://www.observatorionacionaldoidoso.fiocruz.br/biblioteca/_manual/5.pdf. Acesso em: 16 jun. 2018.

ORNELAS, José. (1994) Suporte Social: Origens, Conceitos e Áreas de investigação. *Análises psicológicas* (1994), 2-3 (XII): 333-339. Acedido em http://www.repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/3103/1/1994_23_333.pdf. Acesso em: 10 jun. 2018.

RIBEIRO, Oscar; Paúl, Maria Constança. Envelhecimento Activo. In: O. Ribeiro (Coord.). **Manual de Envelhecimento Activo**. Lisboa: Lidel, 2011. p.1-11.

SLUZKI, C. E. **A rede social na prática sistêmica**: alternativa terapêuticas. São paulo: Casa do Psicólogo, 1997